

palavra OPERÁRIA

NA LUTA PELA
RECONSTRUÇÃO
DO PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIAL -
IV INTERNACIONAL

Dilma faz pacote de "ajustes" contra os trabalhadores



**NENHUMA FAMÍLIA SEM EMPREGO, NENHUMA FAMÍLIA SEM ÁGUA!
Assembleias de base e plano nacional de luta para barrar os ataques!**



Abaixo os “ajustes” do governo Dilma!

Por Iuri Tonelo

Esse ano de 2015 começou com a recém empossada presidente Dilma, que foi reeleita para um novo mandato. Nas eleições no final de 2014, muitos trabalhadores deram seu voto a Dilma, pensando que, frente a possibilidade de um governo da “velha direita” de Aécio Neves, era melhor um governo do PT para manter os direitos. E a própria presidente dizia que “não iria modificar os direitos trabalhistas, nem que a vaca tussa”.

Dilma dizia que era um “coração valente” dos trabalhadores. No caso dela e do PT, a valentia durou pouco. Todos ficaram espantados com novo ministério da economia, pois Dilma colocou para conduzir a economia do país (no Ministério da Fazenda) um economista admirado pelos banqueiros e empresários, e também pelo PSDB: Joaquim Levy.

E o ministro fez a que veio: começou a aplicar uma série de medidas econômicas para favorecer os bancos (ou recolher mais dinheiro

para entregar aos banqueiros e as “dívidas” intermináveis do Brasil), e foram além: lançaram duas medidas provisórias (medidas impostas do governo, sem discussão na câmara de deputados), que atacaram um dos corações do direito trabalhista no Brasil, o seguro-desemprego.

Antes desses ataques, após seis meses trabalhando numa empresa o trabalhador tinha o direito a pedir o seguro-desemprego. Agora, tem que ter três vezes mais tempo nas empresas, 18 meses para ter esse direito. Mas todos sabemos que hoje no país a maioria das empresas trabalham num regime de alta-rotatividade, e segundo da-



dos do DIEESE, passariam para 8 milhões os trabalhadores que não conseguiriam esse direito, ou seja, mais de 64% dos que ficarem desempregados daqui pra frente.

Nesse “pacote de maldades”, outros direitos também foram retirados, como seguro defeso, que é pago aos pescadores durante o período

de pesca proibida, pensões por morte também são diminuídas e o PIS (abono salarial) agora só receberá quem tiver trabalhado durante seis meses ininterruptos com carteira no ano anterior. Ou seja, Dilma e o ministro Levy querem economizar nas contas, e arrancam nossos direitos para isso.

E esses “ajustes” também afetam o nosso bolso: em serviços fundamentais estamos tendo problemas ou vamos sentir mais em nossos bolsos. Por exemplo, a conta de luz vai ficar 27% mais alta, a gasolina 8%, o botijão de gás 3% (segundo dados do banco central). O Imposto de Operações Financeiras (IOF) vai dobrar, dificultando os que tem empréstimos para pagar e todas as operações à crédito. Por fim aumentaram em distintas capitais a passagem de transporte.

E além de todos esses impostos tem mais: ao invés de dar novos direitos, estão tirando até os direitos mais básicos como a água e luz. Em São Paulo, estado mais gravemente afetado por essa crise, a população já sofre cada dia mais com a falta de água, e um responsável pela Sabesp já anunciou a possibilidade de uma das maiores metrópoles do mundo chegar a ficar períodos de cinco dias sem água, caso não chova muito.

Isso ao mesmo tempo em que ga-



“É necessário exigir das grandes centrais sindicais a construção de uma verdadeira Paralisação Nacional em defesa do emprego, dos salários e direitos. Para isso é necessário também a partir da CSP-Conlutas realizar Plenárias Estaduais para elaborar um forte Plano de Lutas diante dos ataques, mobilizando os trabalhadores e a juventude de forma independente dos governos, dos patrões e das burocracias. (...) Não pagaremos a crise dos capitalistas e dos governos: nenhuma demissão, nenhum direito a menos!”

Declaração do Sindicato dos Trabalhadores da USP

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Daniel Matos
CONSELHO EDITORIAL: Val Lisboa, Diana Assunção, Marcelo Torres, Iuri Tonelo, Thiago Flamé
COMITÊ DE REDAÇÃO: Alberto Suzano e Fernando Pardal
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Juliana Alguma e Alberto Suzano
DISTRIBUIÇÃO: Filipe da Souza



Nenhuma família sem água!

nhos exorbitantes foram e continuam sendo destinados aos capitalistas que lucram com a água e com a energia elétrica, incluindo subsídios fiscais aos montes com o dinheiro público. Não foram tomadas mais que medidas cosméticas enquanto se avizinha uma possível catástrofe social.

Um plano de ação para barrar os ajustes e ataques em curso e não permitir que nenhuma família fique sem água!

Acontece que a juventude e os trabalhadores estão mostrando disposição de resistência contra esses ataques: logo no começo do ano já vimos seis jornadas de mobilizações contra o aumento. E também no movimento operário vimos uma importante resistência, com a greve da Volks como um dos importantes sinais de que os trabalhadores vão se mobilizar, barrando um grande ataque de 800 demissões, ainda que com os limites da direção burocrática do sindicato.

As direções da CUT, da Força Sindical e da CTB, (esse grupo de sindicalistas privilegiados que dirigem muitos dos principais sindicatos, em aliança com o governo, a oposição burguesa e a patronal) vai

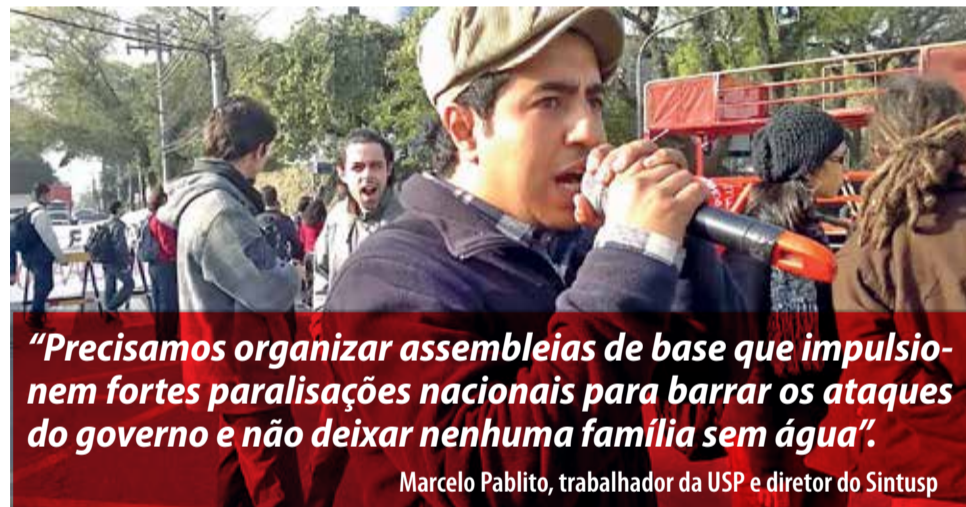
ter que fazer algo contra os ajustes para não ser ultrapassada por suas bases, como vimos no “Dia nacional de luta” que fizeram 28 de janeiro com eixo na luta contra os ataques aos direitos trabalhistas e as demissões. Mas mesmo ao convocarem medidas parciais de mobilização essas direções mostram que não estão dispostas a travar uma luta séria e sim apenas utilizar seu peso sindical para melhorar suas margens de negociação com o governo. Nem mesmo organizaram assembleias de base que votassem paralisações em todo o país para que os trabalhadores fossem verdadeiramente sujeitos desse dia de luta.

Por fim, “instabilidades” também afetam o regime político. A eleição de Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos deputados, um expoente da ala que mais se enfrenta contra o governo dentro do PMDB, é mais uma demonstração de que o segundo mandato de Dilma começa debilitado pelo fortalecimento do PSDB nas últimas eleições e as crises entre os próprios integrantes da base aliada do governo. A denúncia e a investigação dos políticos ligados ao escândalo da Petrobrás, que está marcado para acontecer após o carnaval, jogará mais lenha nessa

fogueira, podendo gerar crises políticas maiores no governo. Esse é um cenário político que favorece a mobilização independente dos trabalhadores para barrar os ataques em curso e lutar por seus direitos.

Nós temos que partir da disposição de luta que existe na juventude e no movimento operário para colocar em prática um plano de luta verdadeiramente capaz de barrar os ajustes e ataques em curso e lutar para que nenhuma família fique sem água ou sem luz. Um plano que seja organizado nas bases, com reuniões e assembleias nos locais de trabalho e encontros regionais reunindo trabalhadores de distintas categorias com a juventude para impor às centrais

sindicais pelegas a realização de dias nacionais de paralisação que coloquem a força da classe trabalhadora no centro da cena política nacional. Um plano para impor, pela força da mobilização, a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, o não pagamento da dívida pública aos banqueiros e a estatização dos serviços de água e luz sob controle dos trabalhadores e usuários. Que os capitalistas paguem pela crise! Nenhuma família sem emprego! Dinheiro público só para financiar as necessidades da população! Basta de saciar a sede dos que lucram às nossas custas! Chamamos a CPS-CONLUTAS e as INTERSINDICAIS a encabeçar desde já essa batalha.



“Precisamos organizar assembleias de base que impulsionem fortes paralisações nacionais para barrar os ataques do governo e não deixar nenhuma família sem água”.

Marcelo Pablito, trabalhador da USP e diretor do Sintusp

Por que o “Programa de Proteção ao Emprego” é uma forma de flexibilização dos direitos trabalhistas?

Por Leo Andrade



No Dia Nacional de Lutas do último dia 28 de janeiro, a CUT e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC recolocaram a luta pela criação do Programa de Proteção ao Emprego [PPE] em contraposição às MPs 664 e 665 – que são parte dos ajustes do governo Dilma. O ano mal começou e o tema do empre-

go se torna peça chave no cenário nacional: o caminhar em passos largos a uma recessão, a greve na Volks e a situação na indústria apontam um ano turbulento para a classe trabalhadora.

Afinal, o que podemos esperar do PPE?

O Programa de Proteção ao Emprego proposto pela burocracia sindical da CUT seria o acionar de um mecanismo patronal para que em momentos de crise, reconhecida pelo governo e o Ministério do Trabalho, as empresas possam reduzir jornada de trabalho com redução salarial, mantendo o vínculo empregatício por até dois anos de validade do programa.

Neste cenário os empresários receberiam isenções fiscais e subsídios através de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e do seguro desemprego para dividir com o governo o pagamento do salário dos trabalhadores já reduzidos. Ou seja, em épocas de crise como a que já começamos a entrar, as empresas reduzem os salários, ganham incentivos do governo, economizam com multas rescisórias e ainda mantém a produção e seus lucros.

Quem paga, então, a conta? O trabalhador, que por um período de até dois anos, pode ter seu salário reduzido em mais de 30% e tampouco garante que depois desse período tenha estabele-

cido, ou seja, seu emprego garantido; e caso seja demitido nem mesmo terá direito ao seguro-desemprego.

A direção da CUT tenta vender a ideia de que o PPE que propõem seria favorável aos trabalhadores porque a redução salarial menor do que a que acontece nas atuais suspensões de contrato de trabalho, chamadas “lay-off”. Portanto, ao invés de organizar uma luta séria para de fato barrar as demissões e os ataques sem ter que negociar nenhum direito em troca, que essas direções propõem é que os trabalhadores escolham entre uma forma flexibilização mais ou menos pior dos nossos direitos.

FALTA D'ÁGUA E APAGÕES

Uma crise que está apenas começando

Por Thiago Flamé

Depois de São Paulo chegar a um ponto sem retorno, com a Sabesp ameaçando um racionamento de dois dias com água e cinco sem água, a história se repete no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. A crise de abastecimento de água já saiu do controle há muito tempo. Mesmo assim, os governos fingem não ver. É realmente trágico, a essa altura dos acontecimentos, escutar a declaração do governador do Rio de Janeiro saindo da reunião com Dilma e dizendo que vai esperar o nível de chuvas de janeiro e fevereiro para ver que medidas tomar. E a medida em questão seria sobre taxar o consumo, como está sendo feito com a energia elétrica, cada vez mais cara.

Apesar do jogo de esconde-esconde entre os governadores e a presidenta, a crise vai se agravando cada vez mais e quem paga a conta são os trabalhadores e o povo. Com a redução da água para irrigação de plantações em São Paulo, os preços estão subindo e vão subir ainda mais em todo o país. Uma série de setores industriais que utilizam grande volume de água já começam a reduzir a produção, o que já está levando e vai levar a ainda mais demissões e

reduções de jornada com redução de salário. Além do que é sempre nos bairros mais pobres e periféricos que a falta de água é mais severa.

Junto com a falta de água está vindo a falta de energia. Os recentes apagões mostram que o sistema de geração de energia está operando no limite da capacidade. É quase inevitável um amplo racionamento de energia em várias regiões do país. E a situação está assim no meio da temporada de chuvas no sudeste.

Falta de planejamento e grandes lucros para os empresários

O que vem à tona com a seca que afeta o Sudeste é o uso completamente irracional que se faz de um recurso fundamental como a água. Ao longo de anos quase nenhum investimento é feito para estancar o desperdício de água tratada com vazamentos nas tubulações (que beira os 40% na média nacional), para despoluir rios como Pinheiros e o Tiête em São Paulo, o Rio Carioca ou preservar os mananciais. Em empresas públicas como no Rio de Janeiro é a Cedae, a falta de investimentos anda de mãos dadas com a corrupção e o sucateamento

da empresa. Como solução proposta, sempre a privatização, para usar a dita “eficiência” do setor privado. A Sabesp em São Paulo é referência de empresa pública com capital aberto na bolsa de valores. Uma eficiência fantástica quando se trata de distribuir lucros para os seus acionistas, ao custo, vemos agora, de colocar o próprio abastecimento de água para a população de São Paulo em risco.

A crise que vemos agora foi produzida não pela seca, mas pela própria ação irracional do ser humano. A busca incessante por mais lucro pode

levar agora a uma catástrofe social de grandes proporções. O mínimo investimento para o maior retorno financeiro possível. Essa tem sido a lógica da utilização dos recursos hídricos do Brasil. Uma hora, a mina de ouro, ou de água no caso, tinha que secar. Muitos esperavam que este seria um problema que somente as próximas gerações teriam que encarar. Eis que ele está explodindo na nossa cara agora.



Por uma gestão racional dos recursos hídricos e energéticos

Seria possível despoluir os rios das grandes cidades e passar a tratar a maioria do esgoto doméstico produzido. Quem em São Paulo não apoiaria amplos investimentos para despoluir os rios urbanos, torná-los navegáveis e quem sabe até novamente próprios para nadar? É também possível grandes modificações na estrutura produtiva para reduzir a utilização de água da indústria, e aumentar a reutilização. É possível captar água da chuva em larga escala nas cidades e reduzir o consumo dos mananciais. Tecnologia para tudo isso não falta. Até mesmo trocar as tubulações e reduzir o desperdício, nem uma medida tão corriqueira e banal é aplicada. Por quê? Para não

afetar os lucros e a rentabilidade, para não aumentar os gastos públicos, pois é necessário economizar para pagar a dívida pública aos banqueiros e investidores milionários.

Agora que chegamos em uma situação-limite, quem vai pagar o preço, mais uma vez, é a população, é a classe trabalhadora.

Para evitar que isso aconteça é necessário, sem dúvida, uma grande mobilização popular. Os exemplos de mobilizações em cidades como Itu, onde vimos várias revoltas pela falta de água, vão se espalhar e podem se multiplicar no próximo período. É a unidade da luta popular nos bairros

com a luta dos trabalhadores que pode evitar que quem pague o preço da crise da água sejam os mais pobres.

No plano imediato, seriam necessárias uma série de medidas emergenciais, como impedir as demissões nas indústrias e comércios que sofram com falta de água e energia. Controle dos preços dos alimentos por comitês de consumidores para evitar que as grandes redes lucrem com o desabastecimento. Que a decisão de como e quando racionar água e energia não sejam tomadas pelos governantes e empresários que criaram a atual crise, e sim por comitês de moradores e trabalhadores das áreas afetadas. Mas essas seriam apenas algumas medidas

para enfrentar a atual crise, que não resolvem os problemas de fundo que geraram a crise.

Em defesa da água, fundamental para a existência da vida, é preciso tirar a gestão deste recurso das mãos dos empresários e dos governos capitalistas. Seria necessário unificar toda a gestão dos recursos hídricos nacionais em uma única empresa estatal, que não fosse controlada pelos políticos da situação ou oposição, mas pela própria classe trabalhadora, que tem como único interesse a preservação deste recurso vital através do seu uso racional. Ou seja, voltados para as necessidades da humanidade e não do lucro.

Petrobrás: Corrupção e crise na empresa símbolo do Brasil

Leandro Lanfredi

Acompanhando a grande mídia duas grandes crises estão se desenvolvendo tendo a empresa como centro: uma crise política (que deve ganhar maior destaque nas próximas semanas quando se conhecer os políticos envolvidos) e uma crise da empresa. Uma terceira crise não aparece tanto nos noticiários é a crise social, o drama de dezenas de milhares de terceirizados demitidos ou com salários atrasados. E como pano de fundo desenvolve-se uma quarta crise: um debate estratégico de quem e como deve controlar os recursos naturais do país.

Uma crise política que ainda precisa ganhar contornos mais claros

É muito aguardada a nova fase da operação Lava-Jato onde serão conhecidos os nomes de dezenas de políticos que estariam envolvidos no esquema. Especula-se que, além de atingir grandes nomes do PT e PMDB, o escândalo também atingirá o PSDB de Aécio Neves. Quanto esta crise afetará o governo Dilma e aumentará a crise de representação dos partidos no país ainda é algo para ver.

Um elemento que já fica claro é que a crise só não ganha maiores proporções porque os principais sindicatos e centrais sindicais do país estão adotando uma postura de blindar o governo e a direção da empresa. Negam-se a exigir investigação, punição, confisco dos bens dos envolvidos, abertura das contas da empresa e nem mesmo dos contratos com as terceirizadas.

Uma crise da maior empresa do país

Uma tempestade perfeita está abateando a Petrobrás. A queda do preço internacional do petróleo torna menos lucrativos os pesados investimentos programados. O imenso endividamento da empresa em dólar (com tendência a se desvalorizar) complica ainda mais suas contas. A tudo isto se soma a pressão dos acionistas e “fundos abutres”.

Estes seriam os inimigos “externos da Petrobrás” segundo Dilma.



Ocorre que eles se somam aos inimigos internos, não só da corrupção, mas da privatização. Inimigos estes que foram muito nomeados pelo PT de Dilma, como o empresário João Adalberto Elek Junior, recém empossado no novo e todo poderoso cargo de “diretor de governança”.

A não tão visível crise social

Só no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) já ocorreram mais de 10 mil demissões, e outros milhares de trabalhadores têm feito greves contra o atraso no pagamento de salários e indenizações. O mesmo drama se repete em Suape, Pernambuco, na Refinaria Abreu e Lima, onde já ocorreram mais de 5 mil demissões. O Ministério Público do Trabalho estima que alcançarão 42 mil demissões em todo o ano só nesta cidade. Nos estaleiros que fabricavam para a Petrobrás há centenas de demissões. Nas terceirizadas ligadas às empresas denunciadas no esquema da operação Lava-Jato há demissões nas plataformas.

Além disto em todo o país estão ocorrendo, a conta-gotas, demissões de terceirizados em todos os contratos. A burocracia sindical ligada ao governo Dilma e a CUT, a Federação Única dos Petroleiros, não se move sobre esta questão, quando muito faz um apelo para que o governo interceda, buscando atenuar o ataque

mas não questioná-lo radicalmente. Em certo sentido estas demissões também são mais invisíveis pois os sindicatos petroleiros em mãos da burocracia sindical viram-se de costas aos terceirizados. Um programa consequente e classista para este imenso drama envolve abrir os contratos de todas as terceirizações e lutar pela incorporação dos terceirizados à Petrobrás.

O debate estratégico em meio à crise: quem deve controlar o petróleo e seus recursos?

Em meio a esta crise todos grandes monopólios da comunicação brasileira estão fazendo editoriais quase diários exigindo maior abertura do capital da empresa e a reversão do modelo de partilha na exploração do pré-sal para aumentar os lucros de empresas multinacionais. Por outro lado, a CUT e setores ligados ao governo falam só em defesa da Petrobrás tal como ela está hoje.

Os petroleiros e todos trabalhadores do Brasil precisam tirar uma lição deste esquema de corrupção, ligando ele a esquemas passados, e à pesada precarização da Petrobrás sofrida durante os governos FHC. Uma empresa de capital misto, mesmo que o acionista majoritário seja o Estado, é algo transitório (que muda-

rá): ou o controle do Estado deve evoluir a um controle realmente democrático feito pelos trabalhadores ou a empresa “regredirá” ao controle privado, seja via da privatização direta ou pela degradação contínua via corrupção e associação com empresas privadas, como vemos hoje, mesmo que isto não redunde em explícita e direta privatização. Não há “empresa pública” possível em tempos de decadência do capitalismo.

Nas mãos dos empresários ou políticos ligados a empresários o petróleo será usado de forma irracional, com danos desnecessários ao meio ambiente, acidentes, terceirização, corrupção. Só os trabalhadores podemos dar uma resposta que seja efetivamente democrática e racional a esta crise: os petroleiros precisam controlar a empresa, de cima abaixo, elegendo todos cargos para dirigir esta imensa empresa e assim acabar com todos privilégios de sua cúpula e políticos e empresários que parasitam a empresa.

Esta lição estratégica deve nortear nossa luta em meio a este escândalo e esta crise.

E a luta por esta questão estratégica passa por diversas lutas imediatas como a emergencial luta contra as demissões dos terceirizados. Mas também por iniciar um passo estratégico no sentido do controle da empresa. Não podemos confiar que políticos ligados aos empresários e a corrupção, ou grandes empresários serão transparentes em nada neste negócio bilionário. Precisamos que todas as contas, todos contratos da Petrobrás sejam abertos às vistas de todo o povo brasileiro. Os petroleiros não tem o que temer desta transparência, só os empresários e corruptos tem. E vendo as contas poderemos mostrar a todos trabalhadores do país que se nós controlássemos a empresa poderíamos fazer muito mais pela saúde, educação e moradia de todo o povo. Aí sim a Petrobrás seria um orgulho para todos trabalhadores brasileiros.

Lições da greve dos operários da Volks

Frente aos ataques que já estão sendo anunciados por Dilma em seu novo mandato, a greve dos trabalhadores da Volks, que reverteu em 10 dias de greve as 800 demissões que a patronal queria impor, se mostra como um grito de resistência que chegará a setores mais amplos da classe operária brasileira. Entrevistamos Maíra Viscaya, conselheira regional da APEOESP de Santo André, que apoiou ativamente a greve, participando de todas as assembleias e atos dos trabalhadores.

Jornal Palavra Operária - Como se iniciou a greve da Volks?

Maíra Viscaya - No final do ano passado a patronal da Volkswagen, em acordo com a burocracia sindical que dirige o sindicato dos metalúrgicos do ABC, tentou acabar com os reajustes salariais acima da inflação propondo um novo acordo que substitua reajuste salarial por abono, com um novo Plano de Demissões Voluntárias para eliminar 2.100 postos de trabalho. Na última assembleia do ano, o sindicato defendeu a proposta patronal, que foi rechaçada pelos trabalhadores. Por isso, a Volks, em pleno recesso, enviou 800 cartas de demissão sumária para cortar os postos de trabalho e chantagear os trabalhadores para obter o que não havia conseguido na última assembleia do ano. Os trabalhadores responderam com uma forte disposição de luta, parando toda a fábrica, e com isso dando um exemplo ao conjunto da classe trabalhadora de como se deve resistir às tentativas do governo e da patronal de atacar os trabalhadores para preservar seus lucros.

JPO - Um novo acordo foi aprovado ao final da greve. Quais as diferenças desse acordo em relação ao que foi proposto no final do ano?

MV - Em primeiro lugar, o novo acordo reverteu as demissões, o que marca a vitória da greve. A principal mudança é que o acordo vale até 2019 e prevê que os salários voltam a ser reajustados a partir de 2016 com o reajuste segundo o INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), e a partir de 2017 ao INPC se somará 1% a mais de aumento. Em 2015 os trabalhadores receberão um abono salarial sem incorporação ao salário.

Ou seja: troca reajuste por abono. Por fim, o acordo também tem uma cláusula perigosa: a Volks só cumprirá sua parte se a produção anual até 2019 for maior que 250 mil carros. Ou seja, pode voltar a demitir caso essa meta não seja alcançada. Além disso, o PDV rejeitado no final de 2014 volta agora a ser implementado para 2.100 trabalhadores.

JPO - Existem outros ataques escondidos no acordo?

MV - Sim! O principal é a demissão de terceirizados para garantir a permanência dos efetivos. O sindicato, para garantir a permanência dos trabalhadores efetivos, fez uma troca e aceitou a demissão de centenas de trabalhadores terceirizados.

JPO - Qual foi a política da burocracia sindical durante a greve?

MV - A burocracia sindical atuou para substituir as demissões por mais PDV's e outras formas de flexibilização dos direitos e dos salários dos trabalhadores, como já se propunha a fazer na assembleia do fim do ano passado. Há muitos anos o sindicato tem atuado para dividir os acordos por fábricas e dividir os trabalhadores entre efetivos e terceirizados. Além disso, todos os acordos de ataques aos trabalhadores têm sido negociados com o sindicato, que aceita a flexibilização das leis trabalhistas com a desculpa de estar "protegendo o emprego".

JPO - Os trabalhadores poderiam ter barrado sem tem que abrir mão de direitos e salários?

MV - No primeiro dia do ano a presidente Dilma anunciou uma série de medidas contra os trabalhadores, mudança no seguro desemprego, nas pensões. Por isso, os trabalhadores terão que tomar em suas mãos as lutas e impor a verdadeira democracia operária, que questione o burocratismo do sindicato, que não permite sequer que o trabalhador de base possa falar na assembleia, para a construção de assembleias onde todas se expressem, com delegados votados em cada setor da produção, para que a base dos trabalhadores decida os rumos



Militantes da Juventude Às Ruas, do Movimento Nossa Classe e do Pão e Rosas prestando solidariedade na greve da Volkswagen

da luta. Unificando as lutas em curso e apostando na mobilização independente dos trabalhadores. Para de fato dobrar a vontade da patronal, a direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC deveria ter convocado uma grande jornada nacional de ações em solidariedade aos demitidos, e unificado a greve contra as 800 demissões na Volks com a greve contra as 244 demissões na Mercedes.

JPO - Como então seria possível enfrentar a crise?

MV - Para enfrentar a crise, o primeiro questionamento deve ser aos imensos lucros acumulados pelas empresas, principalmente nos anos de lulismo. Se a empresa propõe PDV, os trabalhadores devem exigir a abertura dos livros de contabilidade e redução da jornada de trabalho sem redução de salário. Os custos dessa medida devem ser pagos com os lucros acumulados. Assim, pode-se garantir que o trabalho seja distribuídos por todas as mãos dis-

poníveis e nenhum trabalhador fique desempregado. Além disso, não podemos aceitar a divisão das nossas fileiras, por isso a unidade entre efetivos e terceirizados é fundamental para vencer os ataques da patronal.

JPO - Você esteve na greve desde o primeiro dia. Como foi participar ativamente a da greve?

MV - Estive desde o primeiro dia junto a diversos companheiros do Movimento Nossa Classe e também da Juventude as Ruas. Fomos com delegações compostas por diretores do SINTUSP e também da Oposição da APEOESP. Também estavam conosco companheiros da oposição bancária e metroviários demitidos, além de estudantes da USP, da Federal do ABC e secundaristas. Acreditamos que para as lutas triunfarem a solidariedade de outros setores é essencial, por isso nas categorias onde estamos convocamos os trabalhadores e estudantes a se mobilizarem em apoio, pois entendemos que somos uma só classe e lutamos uma só luta.



Ato dos operários da Volks em meio à greve

Perspectivas da luta contra o aumento das passagens e frente à crise dos transportes

Em 2013 a juventude foi às ruas e derrotou o aumento das passagens. Em São Paulo e em outras cidades, o Movimento Passe Livre – MPL – foi quem convocou os atos, assim como em anos anteriores. Este ano se iniciou com mais um aumento das passagens em várias cidades e o MPL convocando atos. Em São Paulo foi onde foram mais fortes, com uma vanguarda de 3 a 4 mil

pessoas que têm respondido irredutivelmente, já organizando 6 atos. A brutal repressão não intimidou, nem o fato de que os governos acenaram com concessões para estudantes de escola pública e beneficiários do PROUNI e FIES: o “passe livre”. Se essa concessão pode ser entendida como um fruto da pressão da luta desde junho de 2013 e dificulta a massificação do movimento atual,

também devemos ter claro que é uma concessão para um setor da juventude em base a um ataque a outros setores com o aumento e a extinção do posto de cobrador. Com esses artigos, queremos abrir debates que consideramos essenciais para o atual movimento contra o aumento e a perspectiva da luta por uma resposta para a crise do transporte.

Para onde direcionar a força dos atos contra o aumento?

Guilherme Kranz, estudante da Letras-USP



Ainda é cedo para dizer qual rumo tomarão os atos e os governos vêm apostando na repressão e no cansaço para desarmar nosso movimento. Ao mesmo tempo em que os atos de periferia se tornaram mais numerosos, os centrais vem perdendo sua força. A dificuldade para o movimento atual se massificar não tira sua enorme importância. São milhares nas ruas que estão sendo vistos atentamente por milhões, mantendo o tema dos transportes, da mobilização de rua e da repressão em pauta. É a juventude levantando novamente as bandeiras populares e vem se conformando uma unidade entre diversos setores nessa luta.

Mas basta seguir a linha de fazer atos contra o aumento como é a orientação do MPL? Opinamos que não. O MPL deveria convocar uma grande assembleia onde pudéssemos debater os rumos da luta, que para nós deveria: **1)** aprofundar o diálogo com a população. Não basta atos

na periferia, sendo que é aí que está a juventude que teve a concessão do “passe livre”. As pessoas estão sofrendo com a falta de água, energia, com o ajuste dos governos, inflação, etc. Precisamos manter a força dessa unidade também nessas lutas, convocando atos também relacionados a estes temas, junto a outros setores; **2)** aprofundar a aliança com os trabalhadores do transporte. Mantendo viva a luta pela readmissão dos metroviários e contra as demissões dos cobradores, poderíamos fazer panfletagens nos locais de trabalho; **3)** fazer uma ofensiva nas estruturas estudantis com a volta às aulas; **4)** colocar eixo na luta contra a repressão, exigindo a anulação de todos os processos contra ativistas. Essas são 4 propostas que avaliamos que podem contribuir para reorientar o movimento rumo a uma mobilização massiva que dobre os governos do PSDB e do PT e faça as vozes das ruas ecoarem pelo país novamente.

Tarifa Zero ou estatização com controle operário e popular?

Marília Rocha, operadora de trem demitida do metrô de SP

Em 2013 fizemos um debate com o MPL acerca das perspectivas após a queda do aumento das tarifas (ver <http://www.palavraoperaria.org/Os-limites-do-Movimento-Passe-Livre>) onde buscávamos mostrar as contradições entre o que o MPL defende em sua “Carta de Princípios” (“expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população”) e o que efetivamente luta para implementar (o projeto de Lei “Tarifa Zero” do governo petista de Luiza Erundina de 1990). O Projeto de Lei do Tarifa Zero defende, em princípio corretamente, que o serviço de transporte seja pago integralmente com subsídios da prefeitura, através da cobrança de impostos progressivos sobre os mais ricos, empresários, banqueiros etc. O problema é que não questiona a margem de mais de 20% de lucro que os empresários de transporte têm, e que continuariam a ser pagos, porém pelos subsídios e não pelos usuários do sistema. Ou seja, no fundo é uma transferência dos lucros de um setor da burguesia para os capitalistas do transporte. Nada a ver com a ideia de “construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente” como aparece em sua “Carta de Princípios”.

Apesar de reivindicar ser um movimento anti-capitalista, o MPL



acaba se adaptando à diversas formas de desvio de nossa luta. O prefeito Haddad em São Paulo acabou de anunciar que irá “estatizar” (obviamente com uma indenização milionária) as garagens de ônibus para oferecê-las em caráter de concessão à iniciativa privada, inclusive à empresas estrangeiras, com o objetivo de aumentar a concorrência e diminuir os custos através da redução da margem de lucro das administradoras das garagens. Essa é mais uma tentativa da prefeitura de desviar nossa luta. Nossa luta não é pela redução dos lucros dos capitalistas, nem pela transferência de lucros de um setor para o outro. A única forma de questionar a lógica capitalista no sistema de transporte e apontar para uma superação dessa sociedade é lutando pela estatização de todo o sistema, incluindo garagens, administração, frotas etc, sem indenização e com controle de trabalhadores do transporte e usuários.

Por um 8 de Março contra os ataques do governo Dilma

Odete Cristina, estudante da USP do grupo de Mulheres Pão e Rosas

Rumo ao 8 de Março, as mulheres precisam se organizar para fazer uma grande manifestação contra as primeiras medidas tomadas pelo “novo” governo de Dilma com ataques e ajustes aos direitos trabalhistas, como é a reforma no setor previdenciário. Não seremos nós, as mulheres, que pagaremos pela crise que os capitalistas criaram! Por isso gritamos que não somos uma no poder, sejamos milhares nas ruas neste 8 de Março contra os ajustes e os ataques de Dilma!

Se apoiando no exemplo de milhares de mulheres trabalhadoras que foram linha da frente das greves que tomaram o país nos últimos meses, neste 8 de março é fundamental unir os trabalhadores e a juventude para defender os direitos das mulheres, demonstrando que é uma luta que deve ser tomada pelo conjunto do movimento estudantil e operário, não de maneira separada ou exclu-



siva das mulheres. É preciso dizer que este 8 de Março também será TRANS*! Também será das mulheres lésbicas, negras, terceirizadas, das mais oprimidas e mais exploradas! Para enfrentar a profunda crise da água, aumento dos preços dos alimentos o aumento dos transportes, cuja maioria dos usuários são mulheres que sofrem cotidianamente com a péssima qualidade e os inúmeros casos de assédio sexual e violência.

Queremos dar voz a todas as mulheres brutalmente assassinadas e violentadas pelo machismo estrutural do sistema capitalista em que vivemos. Por isso, devemos lutar para que as organizações de trabalhadores como os sindicatos e os partidos de esquerda, assim como as entidades

estudantis tomem em suas mãos a luta contra a violência, organizando uma verdadeira campanha tornando vivo o debate e o combate a esta prática reacionária para garantir a igualdade na vida das mulheres, que qualquer lei ou decreto, por si só, será incapaz de garantir.

Não vamos nos calar diante das inúmeras mortes por aborto clandestino em nosso país. Enquanto o governo Dilma segue negando o direito a maternidade, milhares de mulheres recorrem a clínicas clandestinas para a realização do aborto, já que não possuem condições de cuidar dos filhos, colando suas vidas em riscos, principalmente as mulheres negras. Não aceitaremos mais Jandiras ou Elisangelas! Basta de

mulheres mortas por aborto clandestino! Queremos aborto legal, seguro e gratuito e nosso direito a maternidade garantido.

Por isso, a você trabalhador e trabalhadora, jovem estudante universitária ou secundarista, dona de casa, que talvez tenha nos conhecido através de uma amiga, de um ato de rua, de um panfleto entregue no seu local de trabalho ou de estudo, te convidamos a organizar conosco um 8 de Março de luta contra os ajustes e a precarização de nossas vidas! Venha organizar um bloco de homens e mulheres, estudantes e trabalhadores, que lutamos como uma tarefa de toda Nossa Classe, pelo direito ao pão e também às rosas.

Alckmin, como Dilma, já inicia o ano agindo contra as mulheres

Milena Bagetti

O governo Alckmin move neste momento uma ação para que todas as servidoras públicas em estágio probatório compensem os seis meses de afastamento antes de cumprirem prazo para obter estabilidade no emprego. Trata-se de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal contra a lei que regulamenta a licença-maternidade de funcionárias públicas em estágio probatório - período de três anos em que o funcionário público fica sob avaliação até adquirir estabilidade. Com a aprovação desta ADI

haverá uma pressão psicológica e material para a mulher não engravidar, que levará a assédio moral e interferência direta das patronais (diretorias, chefias) na vida mulheres. Trabalhadoras terceirizadas e temporárias não possuem direito a licença maternidade, pois o assédio moral para que não engravidem é tanto que muitas deixam de engravidar ou são demitidas quando engravidam.

Muitas mulheres que estão em período de estágio probatório podem resolver engravidar ou podem vir a ter uma gravidez indesejada, que

precisará ser bancada do seu próprio bolso, pois são oferecidos precários serviços de saúde, além dos planos de saúde ser absurdamente caros e ligados ao mercenário complexo médico-industrial-hospitalar. Se esta ADI for aprovada, além do forte assédio moral e interferência das patronais na vida das mulheres, também colocará a mulher grávida em desvantagem profissional, pois ela vai demorar 6 meses a mais pra poder ter a estabilidade. Neste momento em que os trabalhadores se preparam para lutar contra os ataques em

seus locais de trabalho e estudo e que as mulheres se preparam para um 8 de março de muita luta contra os governos e patrões, nenhum direito a menos.

Não ao ADI de Alckmin!

Basta de assédio moral contra as mulheres trabalhadoras que engravidam!

Licença-maternidade de 1 ano para todas as trabalhadoras, incluindo as terceirizadas.

Entrevista com Andreia Pires, cipeira demitida política da JBS

Jornal Palavra Operária: Conte um pouco sobre a situação na fábrica e a sua demissão.

Andreia: A JBS chegou em 2013 e já demitiram mais de cem trabalhadores, onde tinha 5, ficou 3. No meu caso, a demissão foi uma forma de mostrarem que não respeitam CIPA e não querem saber de nenhum questionamento. Trabalhador não tem voz. Sempre questionei os ataques deles, a retirada do convênio odontológico etc., aí comecei a ser perseguida, tomei sus-

pensão e até recebi oferta pra melhorar de cargo, como um cala boca, mas não aceitei. Depois veio a notícia que passariam a cobrar as refeições (R\$ 28,22), questionei isso e organizamos um abaixo assinado contra essa cobrança. O trabalhadores estavam bem revoltados e o abaixo assinado tinha muita força. Aí me demitiram, pra causar terror na galera.

JPO: Você quer mandar algum recado para os nossos leitores?

Andreia: Somos milhares de trabalhadores da indústria da carne no Brasil, mas a real situação que vivemos é muito diferente do que aparece nos comerciais da televisão. Mesmo assim, precisamos ter coragem de fazer denúncias, juntar as forças etc. Vou continuar lutando pela minha readmissão, com todos os colegas de lá e de outras fábricas, junto com os que conheci do Movimento Nossa Classe. Obrigado!

Professores se mobilizam em SP, apesar da política da direção da Apeoesp

Por Marcio Barbio

Dia 30 de janeiro era para ser um ato de professores da rede estadual de ensino. Porém, a direção da APEOESP (PT/PCdoB) se negou a organizar seriamente os professores para lutar em um ano em que mais se sentem os ataques a educação pública. Quase 2 mil salas de aulas fechadas em todo o estado, demissão em massa na categoria, e salas com quase 60 alunos, prejudicando inclusive os professores efetivos. A atual presidenta petista da APEOESP, Bebel, espera que todos os professores desempregados e em condições insustentáveis de trabalho aguardem passivamente até o dia 13 de março para começar sua mobilização.

Uma burocracia encastelada incapaz de responder a esse ataque brutal proferido por Geraldo Alckmin e o PSDB. No começo do dia 30/01, na reunião do Conselho Estadual de Representantes, um organismo que hoje tampouco expressa as bases da categoria, vimos a direção majoritária da Apeoesp mostrando como se posterga uma luta para que essa não saia de seu controle. Frente aos absurdos citados acima, a diretora da Apeoesp, Bebel e seus apoiadores, aprovam uma assembleia da categoria somente para o dia 13 de março. Aposta que até lá a situação já tenha se acomodado, e que o clamor pela



greve tenha se arrefecido. Papel não menos nefasto teve o PSOL, que para não ficar feio votou assembleia para o dia 06 de março. Mas uma corrente do PSOL, TLS, que atua na categoria, defendeu textualmente que estava disposta a “engolir todos os sapos da Artsind em prol da greve”. Ou seja, deu carta branca para a Chapa 1, da direção majoritária da Apeoesp, fazer o que quiser.

Frente aos questionamentos dos professores no ato marcado para a tarde na Praça da República, Bebel respondeu que quem “manda é ela, ela é a autoridade”. O que Bebel não contava era com professores que não estavam dispostos a ficarem calados. Aos cantos de “greve efetiva com mobilização, é só pela base que se muda a educação” e “Ei, Bebel, sai do caminho e vem construir a nossa greve aqui no chão”, os professores mostraram que não mais vão tolerar os ataques do governo à educação, e muito

menos as traições da direção majoritária da Apeoesp.

Ao se depararem com o encerramento em menos de uma hora do ato oficialmente convocado pela Apeoesp, diversos professores se reuniram, incluindo o Professores pela Base - Movimento Nossa Classe, e decidimos que continuaríamos o ato subindo a Rua da Consolação, nos encontrando com os jovens que realizariam o 6º ato contra o aumento da tarifa. E assim o fizemos, com cerca de 300 professores ao canto de “Eu vou lutar até vencer, como fizeram os operários do ABC!” e “Chega de precarização e de descaso do governo com a educação”. Durante o trajeto os professores foram amplamente saudados pela população. A entrada no MASP foi entusiasticamente recebida pela juventude que saiu às ruas em junho, e que agora retoma suas mobilizações contra o aumento da tarifa dos transportes. Um exemplo da forte aliança que pode haver entre a juventude e os trabalhadores, caminho irremediável para ampliarmos e garantirmos nossas vitórias.

Organizar a greve desde já e pela base

É com base nessa combatividade que os professores demonstraram,

e na necessidade urgente de uma greve sem igual, que o Professores pela Base – Movimento Nossa Classe amplifica esse chamado. Precisamos preparar imediatamente uma greve séria, construída a partir das bases, em cada escola. Torna-se cada vez mais evidente que a direção do sindicato, nas mãos da burocracia petista de Bebel há décadas, está na contramão desse caminho. Por isso, precisamos compor comandos de mobilização em cada região para vencermos, passando por cima daqueles que usurpam nosso sindicato para tentar controlar os professores. Como parte desses esforços, o Professores Pela Base – Movimento Nossa Classe, está convocando um ato-panfletagem em São Paulo para o dia 24/02, na Praça da República às 14h. A proposta é divulgar junto à população qual é a real situação da educação no estado, e defender a organização de uma greve séria, para vencer, desde já. Na cidade de Campinas o Professores pela Base – Movimento Nossa Classe marcou um ato para o dia 12/02 em frente à Diretoria de Ensino Oeste.

Venham todos! É greve pela educação e pelos nossos empregos!

Charge vira fenômeno na Internet!



Entrevistamos a seguir o professor e chargista Allan Costa, autor da charge que teve mais de 12 mil acessos em poucos dias.

Jornal Palavra Operária – O que o levou a fazer a charge que teve milhares de acessos nas redes sociais?

Allan Costa: A necessidade de denunciar o fechamento de salas de aula, que serve para engrossar

o pacote de ataques contra a educação pública que vêm sendo aplicadas na esfera federal, estadual e municipal em SP. A ideia era levar essa denúncia de forma que qualquer cidadão comum entendesse a consequência imediata dessa política.

JPO – Qual é a sua situação atual, e o que os professores devem fazer?

AC: Minha situação é igual à de milhares de professores. Sou categoria “O” e estou desempregado. Felizmente não caí na “duzentena” (quando o professor precário fica impedido por duzentos dias de trabalhar), mas não consegui atribuir aulas na minha disciplina. Os professores precisam se unir e se inspirar nos exemplos das lutas como os garís do RJ, ou os trabalhadores da USP, que venceram o mesmo governo que ataca os professores estaduais, com uma notável organização do sindicato na base da categoria de forma democrática. O sindicato dos professores (Apeoesp) quer a greve apenas para março, mas como ficam os professores e as escolas até lá? Por isso creio que a mobilização tem de acontecer desde já!

ÚLTIMO MOMENTO



Marcio Barbio e Chico Nery, professores da zona norte de SP e de Campinas, e militantes do Professores pela Base, denunciaram na imprensa a superlotação de salas de aulas. Marcio Barbio, é diretor de oposição da Apeoesp, falou ao programa de TV da Globo, *Bom Dia São Paulo*, em 04/02. O vídeo pode ser visto no site do *Jornal Palavra Operária* (www.palavraoperaria.org). Já Chico Nery relatou as consequências da precarização da rede estadual para o *Correio Popular*, que cobre a região de Campinas. Sua entrevista pode ser lida no facebook do Professores pela Base - Movimento Nossa Classe.

USP

Zago e Alckmin iniciam o ano declarando guerra



Por Bruno Giga, diretor do SINTUSP

O Plano de Inventivo a Demissão Voluntária, PIDV, se encerrou, e a reitoria pretende, nos próximos 3 meses, fechar mais de 1400 postos de trabalho na universidade. É menos do que o objetivo inicial da reitoria (2.800), ainda mais porque teve que ser estendido a todos os funcionários, não só os mais antigos. Mesmo assim, como já dizíamos, é um ataque enorme aos trabalhadores – aumentando a sobrecarga, o adoecimento e os acidentes –, e à qualidade da educação e da universidade, com a precarização do seu funcionamento.

E agora, muito rapidamente, isso está ficando mais claro que nunca. Já nesse primeiro mês, na SAS, onde há anos os trabalhadores adoecem e se acidentam por falta de contratação suficiente, se anunciou o fechamento do restaurante da prefeitura do Campus (e há boatos de que possam fechar outros), e a suspensão de todas as matrículas deste ano nas creches! Ou seja, primeiro sucateiam para depois fechar e terceirizar como fizeram com o restaurante da química que já foi terceirizado e com parte das creches onde já se contrata por fundação, e o caminho para outros setores da USP não será diferente.

Ao passo em que encobre as denúncias de estupro e abusos contra as mulheres na Faculdade de Medicina, a reitoria e o governo atacam primeiro os setores mais oprimidos, como as crianças, e as mulheres, que mais precisam das creches, e são a maioria das trabalhadoras da SAS e das terceirizadas, que co-



meçaram a sofrer com os cortes e demissões desde o ano passado.

Além disso, na prefeitura do Campus se ameaça agrupar funções, e fundir com os serviços de manutenção das unidades. Ao mesmo tempo, aumenta a terceirização dos serviços prestados, que agora poderão ser contratados diretamente pelas unidades.

O Hospital Universitário é outra unidade já muito afetada: já havia filas enormes, e muita sobrecarga de trabalho, e com o PIDV alguns turnos de alguns setores ficam quase sem funcionários. A creche será simplesmente fechada. E mais de 20 trabalhadores que já tinham aposentadoria e aderiram ao PIDV foram surpreendidos com a demissão sem indenização! Em uma reunião na semana passada com os que aderiram ao PIDV, a reitoria foi questionada sobre a situação do hospital, e disse que logo viriam funcionários contratados pela secretaria de saúde. Querem implementar a desvinculação “por baixo”, sem precisar aprová-la.

No Centro de Saúde Escola-Butantã já faltavam funcionários, e população já amargava filas como a de 1.200 mulheres na espera de um simples exame Papanicolau, por falta de funcionários, e agora estão prestes a assinar um convênio com a prefeitura para entregá-lo para as “Organizações Sociais de Saúde” privadas (OSSs)!

Preparar já um plano de luta que unifique trabalhadores, estudantes e professores para barrar o desmonte da universidade!

Com os ataques se acelerando, precisamos acelerar também a nossa resposta. Não podemos esperar até a data-base (maio) para começar a nos mobilizar, porque Zago e Alckmin querem aproveitar o início do ano e o esvaziamento da universidade para impor as medidas de desmonte da universidade que iniciaram no ano passado.

Está claro que não há outra saída, nem meio termo: ou há reposição de todos os postos dos trabalhadores demitidos pelo PIDV – e inclusive mais contratações onde já eram necessárias –, ou a universidade vai ser desmontada. E a reitoria já deixou muito claro que quer fechar esses postos, para “enxugar” a folha de pagamento, com a desculpa da crise financeira, que quer jogar nas costas dos trabalhadores.

Além da luta pelas contratações, precisamos combater a terceirização; e a única forma de fazer isso é com os trabalhadores terceirizados do nosso lado, defendendo seus empregos, lutando por sua efetivação, sem necessidade de concurso público, pois já provaram, trabalhando, que estão aptos ao trabalho.

Para garantir essas medidas, é preciso continuar lutando por mais verbas públicas para a universidade



pública e para toda a educação ao mesmo tempo em que exigimos a abertura de todas as contas da universidade.

Precisamos partir do avanço em nossa organização que conquistamos com a greve de 118 dias no ano passado e, com essas bandeiras, começar imediatamente a nos organizar a partir de cada local de trabalho, com reuniões de unidade e construindo paralisações e um forte plano de luta para barrar todas as medidas de desmonte que Zago e Alckmin já estão implementando, e nos somar aos demais setores para barrar os ajustes de Dilma. Os estudantes são os mais atingidos por algumas dessas medidas, como o fechamento do restaurante, e o fechamento de vagas nas creches, essenciais para a permanência das estudantes mães. Devemos construir uma forte aliança entre trabalhadores e estudantes desde já. Assim começaremos a construir um plano de luta unificado para defender nossas condições de trabalho e a própria universidade!

Nossas batalhas nos metrorviários de São Paulo



Por Marcelo Tupinambá, metroviário da estação Sé

As demissões ilegais que sofremos na greve do ano passado foram um dos principais ataques que sofreu a classe trabalhadora no último período. Já são 7 meses das demissões e nas audiências em 1ª instância que estão em curso (22 dos 42 já foram convocados, os outros serão em breve), mais uma vez o resultado foi adiado. Trata-se de uma verdadeira tortura psicológica contra os demitidos e a categoria, por parte da empresa, do governo e da justiça, com direito à requintes de crueldade, como reemitir (depois da reintegração temporária que havíamos conquistado) no dia do natal.

Nesse período, o metrô quis avançar em mais ataques, reduzindo o quadro, precarizando as condições de trabalho e o atendimento à população, punindo funcionários que se mobilizam e ignorando as demandas



da categoria, como a igualdade dos salários para as mesmas funções, a contratação de funcionários etc. Nós da LER-QI, junto aos independentes do Movimento Nossa Classe e do Metroviários pela Base (MPB), estamos batalhando para recompor as forças da categoria.

Nossa batalha central vem sendo para que a categoria assuma um papel ativo na luta pela readmissão, enfrentando a passividade que a maioria do sindicato está impondo devido à sua estratégia de conquistar a readmissão essencialmente pela via legal, argumentando que a categoria não está disposta a ações. De fato, está difícil organizar ações contundentes como uma paralisação. Seria diferente se desde o começo houvesse uma

enorme campanha encabeçada pelo PSOL e PSTU, buscando a solidariedade da juventude e trabalhadores de outras categorias. Mas, ainda assim, a categoria estava e está disposta a outras medidas caso houvesse uma política ativa do sindicato, como está se mostrando na adesão massiva ao boicote nas eleições da CIPA (que a empresa quer impor cancelando a inscrição dos demitidos) e na organização de base que vem avançando em algumas estações, criando inclusive Comissões Internas.

Precisamos de unidade para barrar os ataques, reorganizar a categoria a partir dos locais de trabalho e fortalecer nossas alianças. Isso começa fortalecendo a aliança com a juventude na luta contra o aumento, tam-

bém porque estão levantando a luta pela readmissão. Também é importante o Congresso dos Metroviários (março), onde devemos votar as alterações no nosso estatuto que fortaleçam o sindicato. Contra os que querem debilitá-lo, como a burocrática e governista CTB, fortaleçamos os organismos de base e delegados sindicais. Avancemos para a proporcionalidade no sindicato, para que todas as posições dos metroviários e suas respectivas chapas tenham expressão nas gestões. Votemos um verdadeiro plano de luta contra as demissões (sem baixar a guarda mesmo que alguns sejam readmitidos, pois são resoluções judiciais instáveis) e por nossas demandas, começando por uma forte campanha salarial que tenha peso a luta contra as demissões, ligando as nossas reivindicações a luta do conjunto da classe trabalhadora que desde o final do ano passado vem sofrendo grande ataques anunciados pelo governo Dilma, entre outros, através das MPs 664 e 665. E combinado também com a luta por uma aliança com a população e a juventude por uma saída de fundo para a crise dos transportes: estatização dos transportes sob controle dos trabalhadores e usuários.

Construamos o Congresso da CSP-Conlutas a partir de agora nos locais de trabalho



Por Felipe Guarnieri, delegado sindical e cipista do metrô de SP

Os ataques que os trabalhadores e a juventude estão sofrendo são tantos que até os dirigentes sindicais apoiadores do governo, burocratas que travaram todas as lutas nos últimos anos, estão sendo obrigados a

se movimentar. Como não poderia deixar de ser, o fazem de maneira controlada, como se expressou na falta de mobilização da base dos trabalhadores para os atos no último dia 28/1.

Precisamos unir toda a classe trabalhadora para lutar contra os ataques dos governos e dos capitalistas e isso não vai se dar sem fortalecer uma alternativa de luta que não tenha rabo preso com o governo. A CSP-Conlutas segue sendo a principal alternativa e seu próximo Congresso em junho é uma oportunidade para unir todos os setores classistas e antigovernistas em um plano unificado de luta construído nas bases para impor às direções dos prin-

cipais sindicatos do país a realização de paralisações nacionais capazes de barrar os ajustes e ataques do governo e lutar para que nenhuma família fique sem água ou sem luz.

Para que o Congresso cumpra esse papel, é preciso organizar centenas de trabalhadores para ir, com clareza de objetivos, batalhando por uma perspectiva anti-burocrática, combativa e classista junto aos milhares que lá estarão. Não precisamos de um aparato sindical a mais e congressos que são meras disputas de aparatos, precisamos de uma coordenação real das lutas.

Mas os ajustes e a falta de água não vão esperar até junho. Por isso, desde novembro viemos propondo

organizar plenárias regionais que preparem o Congresso mas que já organizem a nossa resposta aos ataques que estão em curso. O PSTU, direção majoritária da CSP-Conlutas, vem se negando essa proposta. Isso mostra que não pensa a construção do Congresso e seus objetivos ligados à luta de classes. Junto aos independentes do Movimento Nossa Classe, nós da LER-QI vamos batalhar por outra perspectiva na construção do Congresso, acumulando forças para disputar os rumos da central, pois se trata de uma necessidade da classe trabalhadora que não pode ficar refém das burocracias sindicais, dos governos e patrões.

A crise da UERJ precisa de uma resposta à altura

Por Carolina Cacau, coordenadora do Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ e militante da Juventude Às Ruas



A UERJ está em uma imensa crise. Atrasam bolsas estudantis e dos residentes, atrasam salários dos técnicos e professores contratados, constantes quedas de energia, salas de aula sem climatização em meio a um verão com recorde de calor, déficit de professores e neste momento a escandalosa situação de centenas de famílias que passam fome pelo atraso de já dois meses nos salários dos terceirizados da limpeza, manutenção e segurança. E esta situação, se não a derrotarmos tende a se repetir e piorar nos próximos meses.

Esta precarização da universidade atinge a toda educação e a saúde da população atendida pelo Hospital Pedro Ernesto, mas antes de mais nada atinge os negros. Justamente na universidade que era um símbolo nacional por ser a primeira universidade a ter cotas, quem fica sem salários são os terceirizados, em sua maioria negros, e os bolsistas, que são em uma grande parcela justamente os negros cotistas. Ou seja esta precarização da UERJ é também sua elitização e “embranquecimento”.

Quem faz estes ataques? O reitor Vieiralves que atua de forma ditatorial na universidade, fazendo tudo via decretos e sem a menor discussão com a comunidade universitária sobre o que deve ser priorizado, como ela deve funcionar. E isto é feito sob as ordens do Governador Luiz Fernando Pezão que está implementando um corte em todo o funcionalis-

mo. Ele anunciou um corte de 25% no orçamento de custeio em todas as áreas no Estado do Rio de Janeiro. Com a queda da arrecadação no estado do Rio de Janeiro pretendem arrochar os salários, cortar verba nos serviços públicos, como na saúde e educação, aumentar várias tarifas e impostos, como luz e transporte, ao mesmo tempo continua milionárias isenções de impostos às grandes empresas e continuam as obras faraônicas das Olimpíadas, entre outras.. Na UERJ, UEZO e UENF, o ataque vai atingir maiores proporções: na última semana Pezão declarou que cortará 144 milhões das estaduais. Ou seja a atual situação da UERJ só tende a piorar.

Um ataque neste nível exige uma resposta à altura: a perspectiva que estudantes, trabalhadores e professores construam uma grande greve massiva, que mobilize dezenas de

milhares em cada unidade e curso para barrar este ataque. É preciso que uma forte greve de todos os setores da universidade que permita defende-la mas também reorganizá-la, democraticamente, escolhendo sua forma de funcionamento, financiamento, etc. Para avançar em organizar uma força e perspectiva como esta que nós propomos todos os setores da universidade: estudantes, funcionários, professores, terceirizados, trabalhadores do Hospital Universitário Pedro Ernesto, e CAP à construir um Congresso da UERJ que debata a luta que precisaremos travar e um programa com o conjunto da universidade para responder a crise. Um espaço como este é fundamental para a construção da luta e que fortaleça com uma saída de fundo a greve em unidade desde a base de todos setores.

Entrevista: universidades estaduais paulistas

Os estudantes Guilherme Kranz, Guilherme Pinho e Tatiane Lima, da USP, UNESP e Unicamp, falam sobre o movimento estudantil nesse início de ano.

Jornal Palavra Operária: Como repercutiram os escândalos dos trotes na USP em meio ao desgaste da reitoria com a greve do ano passado?



Guilherme Kranz: Os vários casos de machismo, e violência nos trotes muitas vezes passavam com conivência e apoio das direções dos institutos e dos altos cargos da reitoria, uma mostra de como esse grupo de burocratas que comanda a Universidade junto ao governo do estado é completamente podre. Tanto por se utilizar do dinheiro público da universidade como pela completa degeneração de ser conivente com casos de estupro e várias atrocidades. A greve do ano passado nos mostrou que é possível ter vitórias se nos

enfrentarmos com a reitoria. Nessa calourada queremos organizar os estudantes para lutar juntos aos trabalhadores, que também estão sob ameaça do fechamento das creches, e não permitir mais nenhum trote opressor.

JPO: Como você vê a organização do movimento estudantil da Unicamp frente ao DCE dirigido pela UJS?



Tatiane Lima: Esse ano a UJS (juventude do PCdoB, que dirige a UNE) ganhou as eleições para o DCE, apro-

veitando-se da passividade imposta há anos pelo PSOL. No CACH, cuja gestão fazemos parte, vamos continuar o combate que desenvolvemos contra a UJS nas eleições e organizar uma calourada anti-governista. No ano que o governo do PT toma medidas antipopulares, como o corte de R\$ 1,8 bilhões da educação, é urgente que as entidades organizem os estudantes para lutarem contra os ajustes de Dilma, se ligando à população que sofre com aumento dos preços e falta d'água. Já vimos a UNE negociando com os prefeitos de São Paulo e Campinas de costas para os atos contra o aumento da tarifa. Nós estudantes precisamos tirar as entidades das mãos dos governistas e colocá-las a serviço da luta!

JPO: Como você vê a organização estadual do movimento estudantil frente a recente expulsão de 17 alunos da UNESP?

Guilherme Pinho: Foi uma medida absurda expulsar estudantes por conta da luta por moradia. Já sabemos da elitização das universidades

publicas, onde só uma minoria passa no vestibular e ainda ficam sem acesso a políticas de permanência estudantil. Não se investe em moradia, mas vemos todo ano os escândalos de super-salários das reitorias nas três estaduais paulistas. Essa medida autoritária da reitoria é baseada num estatuto herdeiro da ditadura. Queremos chamar os estudantes, as organizações e entidades estudantis para, através de assembleias de base, fazer uma ampla mobilização pela reintegração dos 17. Ninguém fica para trás!



Depois da chuva, a cortina de fumaça

Por Fernando Pardal

Um comício de milhões na Praça da Sé. A cena das “Diretas Já” se tornou símbolo da democracia brasileira, uma celebração de quando “o povo derrotou a ditadura militar”. Uma verdadeira cortina de fumaça feita para criar um mito e apagar da história oficial do país, o que realmente significou a “transição lenta, segura e gradual” pactuada entre militares e setores oposicionistas do MDB, na qual o PT participou como “ala esquerda”.

O filme “Depois da Chuva”, de Cláudio Marques e Marília Hughes, cutuca essa ferida, e é esse seu grande mérito. Uma comparação conduz a trama: em meio à “redemocratização” do país, acompanhamos o amadurecimento político do jovem Caio, estudante que começa a dar os primeiros passos na sua atuação como sujeito político diante do mundo. Na escola de Caio, vemos os elementos que reproduzem em pequena escala a grande farsa que a burguesia empurrava para as massas no país.

Caio é um jovem de Salvador de classe média que, por meio de amigos, conhece o anarquismo. Sua inteligência e observação permitem que, com o pouco conhecimento político que tem, ele veja por trás da fachada criada pelos setores burgueses e pequeno-burgueses, tanto os oposicionistas “autênticos” como os “de última hora”, como a Globo, presente como pano de fundo do filme. As massas, sob essa liderança, são levadas a ver no “moderado Tancredo Neves”, como apresenta o próprio trecho da Globo presente no filme, um grande “herói da democracia”. Caio desvenda a armadilha: na sua redação escolar sobre a democratização do país, intitulada “democracia”, denuncia como, nessa nova “democracia”, os explorados continuam impedidos de decidir seu futuro. No congresso nacional – ainda controlado pela ditadura – se enfrentam Paulo Maluf, peça histórica da ditadura, e Tancredo Neves, tendo como vice José Sarney, político tão próximo da ditadura quanto Maluf.

A redação de Caio lhe dá seu primeiro zero, e uma repreensão do diretor, que lhe diz que “por causa de pessoas como você, que confundem liberdade com bagunça, os militares tomaram o governo”. Assim, o filme mostra o aprendizado político de Caio em relação ao silenciamento



dos que procuram dizer a verdade, e, ao mesmo tempo, representada em sua escola, a construção da história oficial da transição pactuada. Essa representação aparece no filme, às vezes, de forma mais indireta, mas nem por isso menos contundente. É o caso de sua professora comemorando ridiculamente a execução de “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, no “festival de arte moderna” da escola, e logo em seguida torcendo o nariz para a apresentação de punk rock de Caio e seus colegas, travestidos de mulheres. Símbolos que foram de resistência, como a canção de Vandré ou a Semana de Arte Moderna, aparecem já sem seu potencial contestador e completamente assimilados pelo discurso nacionalista. Mas a música de Caio e seus amigos está “fora do roteiro”, e por isso causa incômodo à professora, que passa a perseguí-lo e dizer que ele “não respeita os mais velhos”.

Essas experiências fazem Caio ter a certeza da farsa que se desenrolava no país e em sua escola; sua procura por um caminho para se opor à ditadura escolar surge como uma metáfora da desorientação da própria esquerda. Caio começa agindo sob a tutela de um amigo anarquista mais velho, Tales, mas logo vê que a verborragia deste é impotente para transformar a realidade. Ameaçado de expulsão da escola, decide então avançar para a organização política e se candidatar ao grêmio. Seu adversário, por sua vez, é o símbolo da transição pactuada no movimento

estudantil. Um “pelego”, mediando a situação entre diretoria e estudantes, o rival de Caio tenta derrotá-lo com chantagens e “troca de favores”, tal como vemos dia a dia em cada escândalo de corrupção da nossa “democracia” atual.

Disposto a pensar com a própria cabeça e procurar seus caminhos, Caio enfrenta Tales ao concorrer ao grêmio, procurando uma forma de agir contra um sistema escolar que “ensina a repetir, mas não a pensar”. Em meio à impotência de sua falta de

estratégia para mudar o mundo, Tales será vítima de uma crise em seus ideais. Enquanto isso, a “tragédia nacional” da morte de Tancredo é utilizada com precisão pela burguesia para aumentar a comoção nacional e a “união do país” pela democracia. José Sarney, figura carimbada da ditadura, assume a presidência. A transição se revela uma imensa farsa, que até hoje mantém suas consequências vivas. Consequências que o jovem Caio, em toda sua confusão e imaturidade política, já via de longe. Mas que, até hoje, grande parte da esquerda brasileira ainda não aprendeu, abstando-se do balanço necessário de sua própria atuação.

Caio continua procurando as respostas, que descobre serem mais difíceis do que pareceriam. O país, desviado pela verdadeira reação democrática da transição pactuada que termina no neoliberalismo, segue o curso desenhado pela classe dominante. “Depois da chuva” é, como mínimo, um importante lembrete de que a história que nos contaram é uma grande farsa, e que, ainda que possamos errar em nossa imaturidade, é necessário procurar os caminhos para poder, de fato, chegar a um momento depois da chuva e das cortinas de fumaça.



O significado do triunfo eleitoral do Syriza na Grécia

Por André Augusto

No domingo, 25/1, a população grega elegeu Alexis Tsipras e o Syriza como novo governo na Grécia, com 36,6% dos votos e apenas duas cadeiras a menos do necessário para alcançar a maioria parlamentar. Isso apesar da campanha do governo alemão e dos mercados financeiros para que continuassem no governo os partidos tradicionais do regime, o direitista Nova Democracia e o socialdemocrata PASOK, que aplicaram os ajustes contra a população trabalhadora. O triunfo do Syriza foi um amargo golpe para os políticos alemães e europeus, que viram fracassar suas chantagens e ameaças.

O triunfo do Syriza, que muitos consideram “histórico”, representa um fato político de primeira ordem na Europa. Desde 2008, o continente vive uma profunda crise econômica, à qual os governos responderam aplicando duras políticas de austeridade ditadas pela “Troika” (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e o FMI). O resultado obtido pelo Syriza, assim como o voto em outras forças de esquerda que se apresentaram às eleições gerais na Grécia, é uma mostra do forte rechaço de amplos setores de trabalhadores e do povo gregos às políticas de austeridade, cortes, privatizações e ataques aos direitos sociais da maioria da população.

A crise econômica capitalista colocou desde 2008 sob forte tensão a construção do bloco imperialista da União Europeia, fraturado entre os países credores do norte que orbitam ao redor da Alemanha, e os países periféricos do sul, mais afetados pela crise, cujas formas de resistência assumiram as mais variadas formas. Na Grécia, desde 2010 os trabalhadores e a juventude protagonizaram uma intensa mobilização, com 32 greves gerais, manifestações e choques contra a repressão estatal. Neste marco se produziram tanto a acelerada crise do regime político grego, quanto a emergência do Syriza.

A vitória do partido liderado por



Tsipras se deu não tanto por sua inserção orgânica em setores chave do movimento operário e da juventude ao calor das greves e mobilizações, mas por seu discurso de que “acabaríamos com a austeridade”. Esse discurso gerou grandes expectativas entre milhões que o enxergavam como uma possibilidade de terminar a submissão aos ditados da Troika, apesar da crescente suavização e a busca por consenso por parte de Tsipras.

No primeiro discurso televisado de Tsipras após o triunfo eleitoral, o novo primeiro ministro recordou as quatro prioridades de seu programa econômico, sentenciando que “nenhum grego ficará sem ajuda, sem comida, sem eletricidade”, em menção às medidas para remediar a crise humanitária de mais de 300.000 lares abaixo da linha de pobreza. Anunciou o restabelecimento do acesso universal ao sistema de saúde aos milhões de gregos sem cobertura; o aumento do salário mínimo para 751 euros e a restauração das negociações sindicais e dos convênios coletivos, conquistas revogadas durante a reforma trabalhista aplicada pela anterior coalizão de governo encabeçada pelo Nova Democracia e pelo PASOK. Tudo dentro dos limites da renegociação da dívida com os “sócios europeus”, com “soluções viáveis e justas que sirvam a toda a Europa e que evitem o confronto”, segundo Tsipras.

Por estes anúncios “de emergência” (ainda não se tornaram medidas reais), é possível que o novo governo ganhe popularidade entre os setores

mais golpeados pela crise. O receio da chanceler alemã Angela Merkel e as instituições que impõem os ajustes a toda a Europa é que este triunfo do Syriza possa fortalecer as possibilidades de outro partido “antiausteridade” como Podemos no Estado espanhol, liderado por Pablo Iglesias.

A esquerda internacional não fica fora dessa influência. No Bra-

sil, o PSOL, assim como os setores que se reúnem em torno do projeto “Avante” (também denominado “Queremos”), fazem ecoar estas expectativas, defendendo o Syriza e o Podemos como modelos a serem copiados por aqui.



Ato organizado pelo Podemos em Madri reúne cerca de 100 mil pessoas



Juliano Medeiros (PSOL), Alexis Tsipras e Thiago Aguiar (PSOL)

O curso à direita do Syriza para governar com os capitalistas

A lógica pragmática de que “vale tudo” para chegar ao governo levou o Syriza não só a moderar sua resistência às instituições europeias (já que sempre se mostrou favorável a acordos que possibilitassem a permanência da Grécia ao conglomerado imperialista da União Européia), mas também a uma adaptação acelerada à burguesia grega e maiores concessões à direita. A mais notória foi sem dúvida a conformação de um governo de coalizão com a direita nacionalista e xenófoba dos Gregos Independentes (ANEL).

Os Gregos Independentes são uma ruptura à direita do tradicional partido burguês Nova Democracia, que combina um discurso “anti-resgate” e “anti-Troika” com uma ideologia nacionalista, xenófoba, antissemita, homofóbica e defensora da Igreja Ortodoxa, que declarou recentemente que a homossexualidade é “o pecado mais asqueroso e sujo”. O acordo fechado em tempo recorde pelo Syriza está baseado no respaldo a sua política econômica (o líder dos Gregos Independentes, Panos Kammenos, é contrário aos planos de austeridade como Tsipras), em troca de que o Syriza não aborde temas “sensíveis” ao partido de Kammenos. Estes te-

mas “sensíveis” que o Syriza concordou em deixar de lado são as reivindicações fundamentais das mulheres e setores LGBT, os direitos dos imigrantes, o fim da opressão nacional grega sobre a Macedônia, a separação do Estado e da Igreja.

A preparação do acordo de Tsipras com Kammenos ocorria há meses; não à toa, o Syriza já havia abandonado do seu programa a reivindicação do matrimônio igualitário e o direito de adoção de filhos para casais homoafetivos, questões negadas pela Igreja Ortodoxa. Além do mais, presenteou uma organização que obteve apenas 4,5% dos votos com nada menos que o Ministério da Defesa, uma posição estratégica, de comando das Forças Armadas.

Diante da demanda massiva da juventude e da população grega de que se punam os agressores policiais que encabeçaram a repressão às manifestações contra a austeridade, o novo Ministro do Interior, Nikos Voutsis, disse que o governo do Syriza “não será revanchista” e “respeitará o trabalho da polícia”, independente de sua “orientação política”. Defendeu a “obediência devida” dos corpos policiais ao governo anterior, deixando implícito um discurso de impunida-



Panos Kammenos, do partido nacionalista xenófobo ao qual o Syriza se aliou para governar



de. Esta alusão à orientação política dos policiais não é acidental: segundo meios de imprensa gregos, um de cada dois policiais de Atenas votou no partido neonazista Aurora Dourada em 2012, cujas relações com a corporação foram confirmadas por um relatório da Anistia Internacional, que denunciou os agentes policiais por violarem os direitos humanos de manifestantes e imigrantes.

Para essa “nova forma de fazer política” defendida por Tsipras a disjuntiva “esquerda/direita” não dá conta do cenário político atual (o mesmo que diz Pablo Iglesias do Podemos). Na Europa, seriam permitidas portanto alianças com partidos “anti-Troika”, independente do quão direitistas estes sejam em todo o seu programa.

Uma engenhosa “novidade” política, que iguala socialmente todos os partidos no marco de uma única divisão: a favor ou contra o crescimento econômico nacional.

Esta estratégia reformista, centrada em buscar pactuar uma austeridade de novo tipo com a União Européia e a burguesia grega e neutralizar a luta da classe trabalhadora e da juventude, pode colocar o Syriza rapidamente dentro de sua própria armadilha. Seu compromisso de cumprir os acordos com os “sócios europeus”, respeitando o limite do déficit orçamentário e o pagamento da dívida contraída (nas mãos dos governos europeus e do FMI) limita enormemente as possibilidades de aplicar seu programa de “reformas”, por mínimas que sejam.

A opção política do Syriza e o debate com a esquerda

Dentro de setores da esquerda, há uma operação para eximir a opção política do Syriza de responsabilidade.

Mesmo os mais entusiastas em disfarçarem o real significado das alianças do Syriza e suas correspondentes iniciativas, agora encontram subitamente “contradições” das quais não podem desvencilhar-se. O correspondente do PSOL e dirigente da juventude do MÊS/Juntos, Thiago Aguiar, em seus primeiros “relatos” depois da vitória do Syriza, exaltava o combate iniciado na Grécia por Tsipras e responsabilizava o KKE (Partido Comunista Grego) pela “indigesta presença” dos Gregos Independentes no gabinete de Tsipras. O KKE, que defende uma aliança com setores burgueses que querem romper com a União Européia, e de fato se negou a compor a aliança de governo, é responsável pela divisão e paralisia dos trabalhadores em dezenas de jornadas de greve geral, sem um plano de ação que lhes desse continuidade.

Dois dias depois, mesmo sem ne-

nhuma crítica à direção do Syriza ou sua aliança de governo, reconhecia que “os principais enfrentamentos ainda não vieram”. As maiores contradições e desafios “ficariam na seguinte questão: o que significa a ‘renegociação’ da dívida? E se a Troika, com Merkel na vanguarda, não aceita ceder?”

Este argumento se parece muito com o “não restava outra opção”, “era preciso formar governo urgentemente”, com o qual se tenta justificar a opção política de formar governo com um partido nacionalista de direita.

A aprovação acrítica de todos os movimentos de Tsipras por parte do PSOL, que em suas notas oficiais frisam apenas os anúncios econômicos do novo governo (ainda não concretizados), deixando de lado sua política, serve de justificativa da lógica oportunista do Syriza, cuja coalizão com os Gregos Independentes seria “útil” para encarar, em melhores condições, a negociação da dívida.

Por mais que se rodeie o problema,

Tsipras deixou claro que seu objetivo é fortalecer o capitalismo grego e sua posição na Europa. Esta estratégia, de superar a crise sem enfrentar o sistema capitalista, justifica conformar um governo de “unidade nacional” que neutraliza a dinâmica da luta de classes na Grécia.

É necessário enfrentar os diferentes projetos capitalistas para a crise da União Européia. Tanto a utopia de democratizar a UE que levanta a esquerda reformista, ignorando seu caráter imperialista e reacionário, como a demagogia da extrema direita que agita ódios nacionais com o objetivo de separar a classe operária entre os diferentes países e entre trabalhadores nativos e imigrantes, para deixá-la atada a setores das burguesias nacionais, e também às falsas alternativas de “patriotismo de esquerda”. Os trabalhadores necessitam um programa independente de toda variante capitalista.

Do que se trata para a esquerda revolucionária é dar passos para que a

classe trabalhadora se constitua em sujeito político independente, para aproveitar o peso social que paralisou o país nas greves gerais.

Os trabalhadores e a juventude não podem ter nenhuma confiança no governo do Syriza e precisam desde já trilhar o caminho da mobilização independente para resistir às novas formas de austeridade que já se desenham e lutar por suas demandas. Frente à crise da Europa do capital e seus governos, para superar a fragmentação das fileiras operárias, combater a xenofobia, as políticas anti-imigrantes e ganhar os setores médios pauperizados pela crise, é necessário colocar esta luta contra os governos, a Troika e as instituições imperialistas da UE no caminho de impor governos de trabalhadores que lutem pelos Estados Unidos Socialistas da Europa. Esta é a única saída progressista para os trabalhadores de todo o continente.

esquerdadiario.com.br

Primeiro diário digital da esquerda na América Latina chega ao Brasil

Por Diana Assunção

Chega ao Brasil no próximo mês a novidade digital LaIzquierdaDiario lançada em 2014 pelo Partido dos Trabajadores por el Socialismo, o PTS da Argentina. No Brasil, com o nome EsquerdaDiario, vamos formar parte desta rede internacional de notícias dos trabalhadores e da juventude, que é a primeira experiência de um jornal diário digital com ideias de esquerda na América Latina. O objetivo não é fazer um novo “portal” da esquerda, mas um verdadeiro diário de informação e opinião, com a perspectiva e o ponto de vista dos revolucionários sobre os mais variados temas. Um ponto de apoio para desmascarar as mentiras dos ricos e poderosos e dar voz aqueles que não tem acesso aos meios de comunicação de massas.

Este deve ser um instrumento para chegar a centenas de milhares na internet com as ideias de esquerda e revolucionárias, ao mesmo tempo que fortaleça a construção orgânica nos locais de trabalho e estudo. Para nós, que hoje impulsionamos o site Palavra Operária, já um dos mais visitados da esquerda brasileira com dezenas de milhares de visitas mensais, esta mudança se liga a uma nova etapa de construção

de nossa organização, na qual nos colocamos como objetivo concreto chegar a setores de massa (o que também passa pela participação nas eleições) e ser um sujeito ativo no processo de reorganização sindical e política que tende a se recolocar com a crise do PT e os ataques que vem preparando o governo Dilma. Desde junho de 2013, fortalecemos nossa organização no movimento operário, dando exemplos na luta de classes e construindo o Movimento Nossa Classe, que já organiza hoje mais de 200 trabalhadores. Também organizamos um Encontro Nacional para debater as lições de junho para uma perspectiva revolucionária com 800 pessoas. Mas não nos contentamos, pois sabemos que o partido revolucionário não será fruto do nosso desenvolvimento evolutivo, mas que passará por confluência com setores de outras organizações da esquerda, seja no âmbito sindical ou político. São os debates que estamos realizando rumo a nosso V Congresso.

Hoje, ter a ambição de chegar a setores amplos pela via de um forte diário digital, é um dos primeiros passos que damos nesta perspectiva. Se trata de uma ferramenta ofensiva que pode ser

tomada com tudo por trabalhadores e jovens que despertam para a política e que com suas jornadas exaustivas e pouco tempo para o lazer e também para a política podem acessar com muito mais facilidade e opinar de forma interativa sobre os temas que mais lhe interessar. Será também um espaço para a juventude poder escrever e opinar sobre os temas que mais dialogam com os jovens atualmente. Com um sistema interativo nas redes sociais (Twitter, Facebook, Whatsapp) apostamos chegar a centenas de milhares em pouco tempo e popularizar as ideias revolucionárias. Chamamos também todos os leitores, simpatizantes, familiares e amigos, além daqueles que já se inclinam para se organizar politicamente, a construir conosco a EsquerdaDiario, inclusive participando da campanha financeira que lançaremos para dar força máxima ao projeto.



“É um dever da classe operária brasileira apoiar a organização de nossos irmãos haitianos”



No último domingo dia 01/02, no Auditório da APEOESP, foi lançada a União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH) no Brasil. Com o apoio da CSP-Conlutas, mais de 50 imigrantes haitianos, em sua maioria trabalhadores, deram um grande passo de organização na luta pelos seus direitos e contra as condições de vida mi-

serável a que são submetidos tanto no Brasil quanto no Haiti. Marcelo Pablito Santos, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP e responsável pela Secretaria de Políticas Anti-Racistas do Sintusp esteve presente para levar solidariedade e apoiar ativamente esta iniciativa.

Segundo Pablito “Foi emocionante ver o surgimento desta associação pois significa um passo a frente na luta contra a opressão que vive o povo haitiano. A classe operária brasileira tem o dever de apoiar a organização de nossos irmãos haitianos, mas tem o dever também de continuar levantando com muita força a luta pela reti-

rada imediata das tropas da MINUSTAH, lideradas pelo Brasil, do Haiti. É uma tarefa de internacionalismo proletário de primeira ordem”.

Pablito também denunciou o governo, dizendo que “O governo brasileiro além de cumprir o vergonhoso papel de liderar as tropas no Haiti também está dificultando a situação dos haitianos no nosso país. Pudemos ouvir vários relatos destes trabalhadores, contando como já passaram por diversos estados sem dinheiro, em condição ilegal, submetidos às piores condições de vida e trabalho, em sua maioria trabalhando na construção civil ou em postos terceiriza-

dos. Muitos ficaram alojados em barracas ou igrejas. Não podemos aceitar.”

Pablito finalizou dizendo “Os haitianos protagonizaram a primeira revolução escrava e negra do continente americano e por isso são exemplo para a população negra e oprimida de todo o mundo. A partir das entidades, e também a partir da Secretaria de Políticas Anti-Racistas do Sintusp, devemos dar todo o apoio para o fortalecimento da USIH retomando a mais ampla solidariedade entre trabalhadores nativos e imigrantes, parte de uma mesma classe, pois a classe operária é internacional e sem fronteiras”.